



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0009737-56.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica**  
 Requerente: **LEONOR DOS ANJOS GAIA**  
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora questiona faturas que recebeu da ré relativas ao consumo de energia elétrica.

Almeja ao recálculo das mesmas até a troca do relógio medidor existente no imóvel.

As preliminares arguidas pela ré em contestação não merecem acolhimento.

Isso porque a petição inicial não se ressentiu de vício formal a maculá-la, contendo relato perfeitamente inteligível que rendeu ensejo à oferta de substancial defesa por parte da ré.

Não há, ademais, incompatibilidade entre os argumentos apresentados e a conclusão estabelecida pela autora.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

De outra parte, é inegável que a ação encerra alternativa útil e necessária à finalidade desejada, o que resulta no reconhecimento de que existe o interesse de agir.

Rejeito, pois, as prejudiciais suscitadas, com a ressalva de que o mais aqui discutido concerne ao mérito da causa.

Reitero os fundamentos já expendidos em ação anterior que envolveu as partes por faturas vencidas anteriormente.

Nesse sentido, é certo que o histórico de consumo da unidade correspondente ao imóvel da autora está demonstrado a fl. 13.

Nota-se por seu intermédio que entre junho e novembro de 2014 esse consumo mensal se manteve estável, oscilando em torno de 650 KWh, bem com que a partir de dezembro de 2014 foi registrado aumento significativo (passou num primeiro momento a patamar de 850 KWh e superou 1000 KWh na sequência).

Tais aumentos, inclusive, persistiram após a sentença mencionada a fl. 03 (fls. 13/15 e 74).

Assentadas essas premissas, reputo que tocava à ré a demonstração das razões concretas que teriam levado ao aumento que apurou.

A relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo e como tal sucede a inversão do ônus da prova, na esteira do art. 6º, inc. VIII, do CDC, como, aliás, restou expressamente consignado no despacho de fl. 91.

Nesse sentido é a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

**“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. RESSARCIMENTO DE VALORES E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Concessionária prestadora do serviço que não se desincumbe de comprovar a razão do aumento brusco de consumo de energia elétrica, tampouco a existência de consumo não registrado. Incumbência da ré por se tratar de relação de consumo. Correção monetária que deve ser aplicada a partir da propositura da ação e juros de mora desde a citação. Sucumbência recíproca. Recurso parcialmente provido”** (Apelação n. 0044265-47.2011.8.26.0602, rel. Des. **GILBERTO LEME**, j. 27/05/2014).

*“Energia elétrica. Propositura de ação declaratória de inexigibilidade de débito. Valor cobrado a maior em apenas um mês. Fatura com valor desproporcional aqueles dos meses anteriores. Ação julgada procedente para declarar inexigível o débito. Consumo de aproximadamente 130 Kwh, ao mês e cobrança de 5.16 Kwh. Relação de consumo. Ré que não comprova o aumento abrupto e desproporcional. Recurso improvido. É lícito à concessionária dos serviços de energia elétrica interromper o fornecimento regular em caso de inadimplência. Mas, em caso de controvérsia do valor do*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

*débito, referente a apenas um mês, é dever da concessionária justificar o aumento desproporcional. Não o fazendo, a ação restou corretamente julgada procedente".* (Apelação n. 002074-68.2012.8.26.0596, rel. Des. **KIOITSI CHICUTA**, j. 14/1/2013).

*"DECLARATÓRIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - CONSUMO ATÍPICO – AUSÊNCIA DE PROVAS A JUSTIFICAR O AUMENTO DO CONSUMO - RECURSO IMPROVIDO. Apresentando a conta de energia consumo atípico, transfere-se à concessionária o ônus exclusivo de evidenciar a legitimidade da cobrança"* (Apelação n. 9219619-61.209.8.26.00, rel. Des. **RENATO SARTORELI**, j. 18/01/201).

Essa orientação aplica-se com justeza à hipótese vertente e como a ré não amealhou elementos consistentes que permitissem justificar o aumento elevado somente nos meses impugnados (nada denota o uso extraordinário de equipamentos elétricos, a ocorrência de reformas no imóvel ou defeitos na instalação elétrica) é de rigor a conclusão de que as faturas são inexigíveis.

O quadro delineado permite acolher a pretensão deduzida para que a ré proceda ao recálculo das faturas vencidas a partir de julho de 2015, devendo igualmente proceder à troca do relógio medido do imóvel.

Sobre essa questão, tomo a providência como imprescindível à verificação da real causa do problema trazido à colação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para determinar que a ré proceda em quinze dias ao recálculo das faturas tratadas nos autos a partir da vencida em julho de 2015, fazendo-o pela média do consumo apurado entre setembro e novembro de 2014 até a efetiva troca do relógio medidor existente no imóvel.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento dessa obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Torno definitivas as decisões de fls. 22/23, item 1, e 75, item 2.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 26 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**